

bois  
01

ESCRITURA PARTICULAR DE 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA  
ARTEX S.A. - FÁBRICA DE ARTEFATOS TÊXTEIS

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA, ARTEX S.A. - FÁBRICA DE ARTEFATOS TÊXTEIS, com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na rua Progresso nº 150, inscrita no CGC sob nº 82.640.723/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade do Rio de Janeiro, a Av. Rio Branco nº 151, conjunto 901, inscrito no CGC/MF sob nº 36.113.876/0001-91, aqui representada na forma de seu Contrato Social, nomeado nesta Escritura e nela interveniente, representando os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, objeto da presente emissão, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base em autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 28 de abril de 1994 e na Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, retificada na Assembléia Geral Extraordinária de 23 de junho de 1994, e posteriormente na Reunião do Conselho de Administração do dia 10 de agosto de 1994.

II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

As Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias, que deliberaram sobre a emissão de debêntures, serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A Escritura de Emissão, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

III - DA EMISSÃO

A presente emissão terá as seguintes características:

18/08/1994

Recolher F. R.T.

ban  
02

## 1. COLOCAÇÃO

As debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, através de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários a serem designadas pela Diretoria, mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.08.80.

## 2. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de maio de 1994.

## 3. QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL

Serão emitidos 9.900 (nove mil e novecentas) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) correspondentes na data de emissão a 1.000 URV (um mil unidades reais de valor), ou CR\$ 1.323.920,00 (um milhão trezentos e vinte e três mil novecentos e vinte cruzeiros reais).

## 4. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão das debêntures é de R\$ 9.900.000 (nove milhões e novecentos mil reais), correspondentes a 9.900.000 URV (nove milhões e novecentas mil unidades reais de valor), ou CR\$ 13.106.808.000,00 (treze bilhões cento e seis milhões oitocentos e oito mil cruzeiros reais) na data da emissão.

## 5. FORMA E TIPO

As debêntures serão escriturais nominativas, não conversíveis em ações da EMISSORA.

## 6. SÉRIES

A emissão será efetuada em série única.

## 7. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures terão prazo de um ano e três meses a contar da data de emissão, com vencimento em 01 de agosto de 1995. Por ocasião do vencimento final das debêntures, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal acrescido de prêmio, na forma deste instrumento.

## 8. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada, conforme artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

## 9. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos acionistas da EMISSORA.

## 10. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

As debêntures não serão atualizadas monetariamente.

Boas

## 11. JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures da presente emissão não pagarão juros.

## 12. PRÊMIO

Será conferido às debêntures, a título de prêmio a ser pago no vencimento das debêntures, o valor (P) obtido através da seguinte fórmula:

$$P = [(1 + J_1/100) \times (1 + J_2/100) \times (1 + J_3/100) \times \dots \times (1 + J_i/100)] \times V - V$$

onde:

V = valor nominal da debênture

J<sub>i</sub> = taxa de juros efetiva do i-ésimo sub-período de capitalização, ou seja, o período que vai do primeiro dia útil de cada mês ao primeiro dia útil do mês seguinte, expressa em porcentagem, utilizada para remunerar depósitos a prazo, praticada no mercado financeiro. Essa taxa será obtida pela média das taxas mais negociadas praticadas em 03 (três) dias (K1, K2, K3), isto é, nos dois primeiros dias úteis do sub-período em questão e no último dia útil imediatamente anterior ao referido sub-período, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J_i = \{[(T_1 + T_2 + T_3)/3]^{du} - 1\} \times 100$$

onde:

du = n° de dias úteis do i-ésimo sub-período de capitalização;

O cálculo de T1, T2 e T3 deverá ser feito a partir das fórmulas a seguir, dependendo da forma como a ANBID divulgar a taxa mais negociada praticada no dia.

a) Para divulgação na forma de taxas pós ou pré-fixadas expressas em porcentagem para o período de 360 dias:

$$T_i = [(1 + K_i/100)^{dt/360} \times (1 + C_i/100)]^{1/dut}$$

onde:

dt = n° de dias idêntico aos dos depósitos a prazo que apresentarem o maior volume de captação nesse dia de amostragem, conforme divulgado pela ANBID;

dut = n° de dias úteis contido em dt.

C<sub>i</sub> = atualização monetária do último sub-período, expressa em porcentagem, idêntica à variação efetiva do indexador que vier a compor a taxa pós-fixada divulgada pela ANBID. Para as taxas divulgadas na forma pré-fixada C<sub>i</sub> = 0 (zero);

b) Para divulgação na forma de *taxa over* expressa em porcentagem:

$$T_i = (1 + K_i/3000)$$

As taxas K1, K2 e K3 serão informadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, devendo ser obtidas pelo agente fiduciário junto àquela Associação.

Caso uma das três taxas não seja divulgada no referido período, serão consideradas para efeito de cálculo, as taxas existentes e divulgadas pela ANBID, para os dois dias divulgados.

UH 7 G

boni  
04

Na falta de divulgação pela ANBID das taxas dos 03 (três) ou 02 (dois) dias acima citados, será utilizada a taxa média diária efetiva de juros constantes das especificações do Contratos Futuros de Taxa Média de DI de um dia negociados na Bolsa de Mercadorias & Futuros nestes dias.

Se durante o período de 03 (três) dias supra citado, houver mudança na forma de divulgação pela ANBID da taxa mais negociada, adotar-se-á preferencialmente o tipo de taxa mais negociado no dia útil de início do sub-período de capitalização e, em segunda opção a taxa do dia imediatamente anterior.

Para eventos, como subscrição ou vencimento, que não ocorrerem no 1º dia útil de cada sub-período de capitalização, o prêmio será calculado cumulativamente, nos termos determinados acima, da seguinte forma: i) da data da emissão até o 1º dia útil do sub-período em que ocorrer o evento, e ii) *pro-rata temporis* por dias úteis decorridos desde este dia até a data do evento, tomando-se como base a taxa Ji do sub-período de capitalização em curso. No caso de taxas pós-fixadas cujos indexadores sejam divulgados na forma de variação diária, utilizar-se-á a variação acumulada deste indexador desde o 1º dia útil do sub-período em questão até a data do evento.

### 13. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

Para os efeitos da presente emissão de debêntures, o preço de subscrição é o valor nominal da debênture determinado no item 3 desta cláusula, acrescido de prêmio, conforme o item 12, e prêmio de subscrição. O prêmio de subscrição será de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor nominal acrescido de prêmio, sendo destinado à reserva de capital, na forma do artigo 182, parágrafo 1º, letra c da Lei 6.404/76, a ser utilizado caso verifique-se a possibilidade de quebra de proporção no seu capital social durante o período de exercício dos bônus, de forma a atender ao disposto no parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº 6.404/76. O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, no ato da subscrição.

Aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da EMISSORA será concedido prazo de prioridade de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação do 1º anúncio de início de subscrição pública, inclusive, para subscrição das debêntures acopladas aos bônus com direito à subscrição de ações ordinárias ou preferenciais, respectivamente, na proporção das ações ordinárias e preferenciais possuídas em 28 de abril de 1994.

### 14. BÔNUS

Serão emitidos bônus de subscrição de ações de emissão da Artex S.A. - Fábrica de Artefatos Têxteis, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das debêntures na forma do artigo 77 da Lei nº 6.404/76, na proporção das debêntures subscritas, num total de 6.930.000 (seis milhões novecentos e trinta mil) bônus, sendo 2.310.000 (dois milhões trezentos e dez mil) com direito à subscrição de mil ações ordinárias para cada bônus, e 4.620.000 (quatro milhões seiscentos e vinte mil) com direito à subscrição de mil ações preferenciais para cada bônus. Desta forma, 3.300 debêntures serão acopladas cada uma a 700 bônus com direito à subscrição de mil ações ordinárias cada um, e 6.600 debêntures serão acopladas cada uma a 700 bônus com direito à subscrição de mil ações preferenciais cada um.

Os bônus serão exercíveis a qualquer tempo no período de 1º de agosto de 1997 à 31 de agosto de 1997, ao preço de R\$ 4,20 ( quatro reais e vinte centavos) por lote de mil ações atualizado monetariamente mediante a aplicação da variação acumulada do IPC-R, desde 1º de agosto de 1994 até 1º de agosto de 1997. Caso o exercício ocorra em data diferente de 1º de agosto de 1997, o preço de exercício será ajustado pela variação

*pro-rata* do último IPC-R conhecido, entre 1º de agosto de 1997 e a data do referido exercício. Os detentores de bônus que, dentro do período permitido, desejarem exercer seu direito de subscrição deverão notificar a EMISSORA 7 (sete) dias úteis antes da data prevista para o exercício. Para determinação da correção do preço de exercício dos bônus, no caso de extinção do IPC-R utilizar-se-há o índice oficial de base equivalente que venha a substituí-lo.

A proporção do direito de subscrição determinada acima está vinculada ao número de ações da companhia em circulação na data da AGE que deliberou sobre esta emissão. Caso este número venha a se modificar, por força de eventuais bonificações, desdobramentos ou grupamentos, entre a data da AGE e a data de exercício, a proporção acima será ajustada para que o número de ações decorrentes do exercício de um bônus, represente o mesmo percentual do capital da companhia que representava na data da AGE.

Os bônus serão escriturais e registrados para negociação no mercado de valores mobiliários.

#### 15. ENCARGOS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos ao prêmio na forma estabelecida neste instrumento, bem como a juros de mora à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês, incidente sobre o montante assim devido, a partir do respectivo vencimento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 16. EXTINÇÃO DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As debêntures, após seu vencimento final ou vencimento antecipado, não mais farão jus ao prêmio, conforme previsto nesta Escritura, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data da ocorrência de um dos referidos eventos, sem prejuízo do disposto no item 15 desta cláusula.

#### 17. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela EMISSORA através do Sistema da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA ou Instituição Depositária, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a este Sistema.

#### 18. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário, sem nenhum acréscimo no valor da obrigação.

#### 19. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados aos debenturistas em jornal de grande circulação.

#### 20. VENCIMENTO ANTECIPADO



O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor total das debêntures em circulação acrescido de prêmio, calculados na forma do item 12 supra, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a EMISSORA, que possam afetar substancialmente a condição financeira da EMISSORA;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) decretação de falência da EMISSORA;
- d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

## 21. NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

## 22. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal acrescido de prêmio, nos termos do item 12 supra, observando o disposto no artigo 55 da Lei 6.404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou alienadas em mercado.

## 23. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

As debêntures objeto desta emissão poderão ser resgatadas antecipadamente, sempre no primeiro dia de cada sub-período de capitalização, a exclusivo critério da EMISSORA. As debêntures poderão ser resgatadas em sua totalidade ou parcialmente, neste caso mediante sorteio, pelo seu valor nominal acrescido de prêmio, nos termos do item 12 supra. Para tanto a EMISSORA deverá comunicar o resgate aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de anúncio publicado em jornal de grande circulação.

## 24. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS DEBÊNTURES ESCRITURAIS

A instituição financeira depositária das debêntures escriturais será o Banco Itaú S.A.

## IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:



baix  
03

- a) dentro de no máximo 120 (cento e vinte dias) após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
  - b) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;
  - c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM.
2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de principal e/ou prêmio, relativos às debêntures objeto desta Escritura.
  3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.
  4. Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.
  5. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
  6. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais e complementar a publicação com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis.

## V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

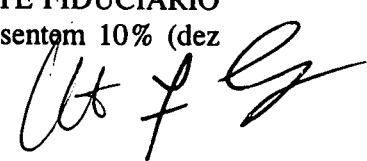
### 1. NOMEAÇÃO

A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, supra qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a EMISSORA, a comunhão dos debenturistas.

O AGENTE FIDUCIÁRIO declara, sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme dispõe o artigo 66 da Lei 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida.

### 2. SUBSTITUIÇÃO

- 2.1. Na hipótese de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez



Bair  
08

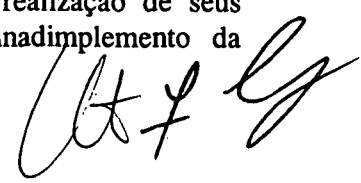
por cento) no mínimo dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- 2.2. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 2.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para este fim.
- 2.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 2.5. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento desta Escritura, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis competente.
- 2.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

### 3. DEVERES E ATRIBUIÇÕES

Além de outros previstos em lei, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- 3.1. Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo probo costuma empregar na administração de seus próprios bens.
- 3.2. Elaborar relatório e colocá-lo anualmente à disposição dos debenturistas, dentro de 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da EMISSORA, em que declarará sobre sua aptidão para permanecer no exercício da função, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem à comunhão dos titulares das debêntures.
- 3.3. Notificar aos debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na Escritura.
- 3.4. Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções.
- 3.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, no caso de inadimplemento da EMISSORA:





ban  
09

- a) declarar, observado o previsto no item 20 da cláusula III, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) requerer a falência da EMISSORA;
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA, salvo deliberação em contrário da assembléia dos debenturistas;
- d) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem os seus créditos.

3.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

3.7. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 3.5 desta cláusula, se a assembléia dos debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "c" do mesmo item.

#### 4. REMUNERAÇÃO

4.1. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual constituída de 01 (uma) parcela antecipada de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) vencível no 1º dia do mês seguinte ao da obtenção do registro da operação na CVM. Caso o vencimento seja postergado, serão cobradas parcelas anuais calculadas *pro-rata* pelo tempo adicional de vigência da emissão.

4.2. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela EMISSORA.

4.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.

4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão.

4.5. As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do

Ut & G

Bois  
10

AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

- 4.6. Na hipótese da presente emissão não ocorrer, por quaisquer motivos, a remuneração prevista acima não será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

## VI - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
2. A assembléia poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.
3. Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n° 6.404/76 sobre a assembléia geral de acionistas.
4. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.
5. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à assembléia de debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.
6. Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum a que se refere este item, serão excluídas do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.

## VII - DA RENÚNCIA

Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a ser exercidos.

## VIII - DO FORO

Fica eleito o foro central da cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Atenção: A multa apresenta irregularidade(s). Vide comunicado.  
ATENÇÃO: Decorridos 30 (trinta) dias após a data, cessação automaticamente os efeitos desta penalização, caso não sejam sanadas as irregularidades apontadas.

**Artex S.A. - Fábrica de Artefatos Têxteis**

**Oliveira Bastos Distribuidora de  
Títulos e Valores Mobiliários Ltda**  
**CESAR REINALDO LEAL PINTO**  
**Director**

REGISTRADO no livro número 3, sob  
R 3.656 em  
em data de: 23.08.1994  
KATIA JANA LADEWIG BAIER  
Registadora Substituta

100-443886-1  
 100-443886-2  
 100-443886-3  
 100-443886-4  
 100-443886-5  
 100-443886-6  
 100-443886-7  
 100-443886-8  
 100-443886-9  
 100-443886-10  
 100-443886-11  
 100-443886-12  
 100-443886-13  
 100-443886-14  
 100-443886-15  
 100-443886-16  
 100-443886-17  
 100-443886-18  
 100-443886-19  
 100-443886-20  
 100-443886-21  
 100-443886-22  
 100-443886-23  
 100-443886-24  
 100-443886-25  
 100-443886-26  
 100-443886-27  
 100-443886-28  
 100-443886-29  
 100-443886-30  
 100-443886-31  
 100-443886-32  
 100-443886-33  
 100-443886-34  
 100-443886-35  
 100-443886-36  
 100-443886-37  
 100-443886-38  
 100-443886-39  
 100-443886-40  
 100-443886-41  
 100-443886-42  
 100-443886-43  
 100-443886-44  
 100-443886-45  
 100-443886-46  
 100-443886-47  
 100-443886-48  
 100-443886-49  
 100-443886-50  
 100-443886-51  
 100-443886-52  
 100-443886-53  
 100-443886-54  
 100-443886-55  
 100-443886-56  
 100-443886-57  
 100-443886-58  
 100-443886-59  
 100-443886-60  
 100-443886-61  
 100-443886-62  
 100-443886-63  
 100-443886-64  
 100-443886-65  
 100-443886-66  
 100-443886-67  
 100-443886-68  
 100-443886-69  
 100-443886-70  
 100-443886-71  
 100-443886-72  
 100-443886-73  
 100-443886-74  
 100-443886-75  
 100-443886-76  
 100-443886-77  
 100-443886-78  
 100-443886-79  
 100-443886-80  
 100-443886-81  
 100-443886-82  
 100-443886-83  
 100-443886-84  
 100-443886-85  
 100-443886-86  
 100-443886-87  
 100-443886-88  
 100-443886-89  
 100-443886-90  
 100-443886-91  
 100-443886-92  
 100-443886-93  
 100-443886-94  
 100-443886-95  
 100-443886-96  
 100-443886-97  
 100-443886-98  
 100-443886-99  
 100-443886-100

**Testemunhas:**

**PRIMEIRO TABELIONATO  
DE NOTAS E PROTESTOS  
MARGARIDA**  
Bel. SÉRGIO IVAN MARGARIDA  
TABELIÃO

**LENA BAUMANN**  
OFICIAL MAIOR

Bel. BECKYR GUINS - Bel. MARCELO ALTHEFF  
MARILISE MELLIS NUNES - IRINA COUNTINHO  
MARGARIDA - OTÁVIO GUZTEINE MARGARIDA  
RAFAEL LARGENHA

Escritórios Juramentados  
Praça Dr. Victor Fonder nº 21  
81.000-000 - SANTA CATARINA

Reconheço a(s) firma(s) de Olívio  
Ivon Slamin  
Nelson Trisotto e  
Cesar Rinaldo  
Leal Riitto  
do que dou fé.  
Em test? da verdade.  
18 AGO 1994 Blumenau  
Lu 97